

O desemprego jovem em Portugal

Dissertação de Mestrado

Nicole Faustino Moniz

Mestrado em

Ciências Económicas e Empresariais



O desemprego jovem em Portugal

Dissertação de Mestrado

Nicole Faustino Moniz

Orientadores

Prof. Doutor Francisco José Ferreira Silva

Prof. Doutor António Manuel Salvador Pimenta

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade.



RESUMO

O desemprego jovem continua a ser um desafio significativo para Portugal, as taxas de desemprego, nesta faixa etária, são consistentemente mais elevadas do que a média nacional. Este fenómeno, não detém apenas implicações para o crescimento económico do país, mas também para o desenvolvimento social, e a coesão de uma geração que luta para alcançar estabilidade financeira e profissional.

A presente tese tem como principal finalidade analisar as dinâmicas subjacentes ao desemprego jovem em Portugal, durante o período cronológico compreendido entre 1983 e 2023, enfatizando os fatores macroeconómicos, que influenciam o seu comportamento, utilizando os testes de Dickey-Fuller e Engle-Granger, com intuito de verificar a existência de relações de longo prazo entre o desemprego jovem e variáveis económicas-chave, e também a relação entre outras variáveis relevantes para o estudo.

Explora-se, ainda, a taxa de crescimento do desemprego jovem e desemprego geral durante o período da pandemia COVID-19.

Os resultados obtidos, sugerem que o desemprego jovem em Portugal, enfrentou uma dinâmica distinta em comparação com o desemprego geral durante a pandemia, apresentando um crescimento mais acentuado e uma maior volatilidade.

Relativamente à conclusão do teste de Engle-Granger, o mesmo indica-nos que não há uma relação de cointegração entre o desemprego jovem e os outros indicadores analisados. Implicando assim, que o comportamento do desemprego jovem pode ser moldado por fatores específicos que não se refletem nos indicadores gerais.

Palavras-chave: Ciclo Económico; Cointegração; Desemprego; Mercado de Trabalho

ABSTRACT

The youth unemployment in Portugal, keeps being a significant challenge, the unemployment rates, in this age group, are consistently higher than the national average. This phenomenon has implications not only for the country's economic growth, but also for the social development and cohesion of a generation that fights to achieve financial and professional stability.

This thesis, has as main purpose, analyse the underlying dynamics of youth unemployment in Portugal, during the chronologic period between 1983 and 2023, emphasizing the macroeconomic factors which influence its behaviour, using the tests of Dickey-Fuller and Engle-Granger, aiming to access the existence of long-term relations between the youth unemployment and key economic variables, also the relations between another relevant variants for the study.

The youth unemployment and general unemployment during the pandemic COVID-19, is also explored.

The obtained results, suggest that the Portugal's youth unemployment, faced a distinct dynamic in comparison to the general unemployment during the pandemic, presenting a marked growth that is more accentuated along with an increase volatility.

In regard to the conclusion of Engle-Granger's test, the same tells us that there is no cointegration relation between the youth unemployment and the others analysed indicators. Implying that the youth unemployment behaviour can be molded by specific factors, which don't reflect in the general indicators.

Keywords: Economic Cycle; Cointegration; Unemployment; Labor Market

AGRADECIMENTOS

Após tanto esforço, dedicação e empenho, sinto um imenso orgulho por tudo o que conquistei ao longo desta jornada. Cada desafio enfrentado e cada passo dado contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional fazendo com que me sinta uma pessoa orgulhosa e acima de tudo realizada.

Aos meus orientadores, Prof. Doutor Francisco José Ferreira Silva e Prof. Doutor António Manuel Salvador Pimenta, o meu especial agradecimento pela disponibilidade e paciência ao longo deste estudo.

Em primeiro lugar, quero manifestar a minha profunda gratidão à minha família, que sempre foram a minha base. Em especial, agradeço aos meus pais, António e Patrícia, e aos meus irmãos, Martim e Inês. O apoio incondicional que me deram foi essencial para que pudesse lutar pelos meus sonhos e objetivos.

Um agradecimento especial à minha Avó Lurdes, que sempre esteve presente com o seu amor e sabedoria, contribuindo imensamente para a pessoa que sou hoje. Também quero agradecer ao meu namorado, Ricardo, cuja calma e apoio foram cruciais nesta etapa tão importante da minha vida.

Por último, agradeço às minhas amigas em especial à Susana, que foi um suporte valioso e esteve sempre ao meu lado desde o início desta caminhada.

A todos que contribuíram, direta ou indiretamente o meu muito obrigada.

ÍNDICE

RESUMO.....	i
ABSTRACT	ii
AGRADECIMENTOS	iii
LISTA DE TABELAS	v
LISTA DE FIGURAS.....	vi
LISTA DE ABREVIATURAS.....	vii
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA	3
2.1 O desemprego jovem e o ciclo económico.....	3
2.2 Instituições, políticas de trabalho e choques económicos.....	5
2.2.1 As teorias económicas do mercado de trabalho e as Instituições	7
2.2.2 As políticas ativas do mercado de trabalho.....	9
2.2.3 O desemprego temporário	11
2.3 A Pandemia COVID-19 e o desemprego jovem	12
2.4 A educação e o género no mercado de trabalho	14
CAPÍTULO III – ANÁLISE DESCRITIVA	18
3.1 Taxa de desemprego jovem e geral	18
3.2 Taxa de desemprego jovem e taxa de crescimento do PIB	19
3.4 Taxa de desemprego geral e taxa de crescimento do PIB	20
CAPÍTULO IV – METODOLOGIA	22
4.1 Objetivo e recolha dos dados	22
4.2 Modelo estatístico	22
CAPÍTULO V – RESULTADOS	24
5.1 Teste Dickey-Fuller.....	24
5.2 Teste de Engle-Granger	24
5.3 Análise do Impacto da Pandemia COVID-19 na taxa de desemprego jovem e geral	25
CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Estatística descritiva das variáveis utilizadas no estudo.....	22
Tabela 2. Resultados do teste de Dickey-Fuller	24
Tabela 3. Resultados do teste de Engle-Granger	25
Tabela 4. Taxa de Crescimento do desemprego jovem e geral de 2020 a 2022....	26

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Evolução da taxa de desemprego jovem e a taxa de desemprego total de 1983 a 2023	18
Figura 2. Evolução da taxa de desemprego jovem e a taxa de crescimento do PIB de 1983 a 2023.....	19
Figura 3. Evolução da taxa de desemprego geral e a taxa de crescimento do PIB de 1983 a 2023.....	20
Figura 4. Evolução da taxa de crescimento do desemprego jovem e geral de 2020 a 2022	26

LISTA DE ABREVIATURAS

NEET - Not in Employment, Education or Training

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PAMT - Políticas Ativas do Mercado de Trabalho

PIB – Produto Interno Bruto

UE – União Europeia

YURs - Youth Unemployment Rate

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

O aumento do desemprego jovem tem sido um dos problemas mais sérios sobre os quais políticos e legisladores têm se debruçado nas últimas duas décadas. A literatura académica também tem estudado o tema investigando o impacto das instituições e das políticas de mercado de trabalho. A análise recai tanto sobre as políticas de criação ativa de postos de trabalho para jovens como nas políticas sociais de apoio ao desemprego. Recentemente a também o impacto das crises económicas e financeiras na dinâmica do mercado de trabalho em geral, tem merecido grande atenção. No entanto, ainda existem poucos estudos que abordem a questão do complexo impacto conjunto das políticas do mercado de trabalho e da crise financeira e económica ocorrida durante a COVID-19 no desemprego jovem.

Kang (2021) elaborou um estudo empírico, nos países da OCDE e nos Estados-Membros da EU no período 2000-2017, com o intuito de mostrar como diferentes fatores afetam o emprego e o desemprego dos jovens determinando que as altas taxas de desemprego jovem podem ser atribuídas a fatores estruturais e institucionais dos mercados de trabalho dos jovens, bem como à crise económica. Também salientou que o desemprego jovem geralmente acompanha o desemprego geral e é altamente afetado por mudanças no ciclo económico, sendo que o desemprego jovem é mais sensível às oscilações do ciclo económico. Assim, a literatura económica produzida mostra que o desemprego afeta os grupos sociais de forma diferenciada, como as mulheres e os jovens. Bal-Domańska (2022) examinou a situação de mulheres e homens jovens nos mercados de trabalho domésticos no contexto dos determinantes macroeconómicos e estruturais das economias nacionais no período de 2008 a 2018 e determinou que a situação dos jovens no mercado de trabalho está estreitamente relacionada com a situação geral da economia e do mercado de trabalho e que a evolução da situação económica observada em 2020, aquando da pandemia COVID-19, contribuiu para o aumento das taxas de desemprego jovem.

As sucessivas crises económicas têm contribuído para a deterioração da situação dos participantes mais jovens do mercado de trabalho. A nível macroeconómico, não conseguir integrar a geração jovem implica uma perda de produção, produtividade e provavelmente também potencial de inovação (Berlingieri *et al.* 2014). A situação dos jovens depende fortemente dos processos de globalização, da oferta de empregos, das qualificações e, naturalmente, dos períodos de prosperidade económica. Os processos de

transformação em curso e as mudanças socioeconómicas resultam na necessidade de acompanhar esse problema e atualizar os conhecimentos relevantes de forma contínua.

A presente dissertação tem como principal objetivo analisar as dinâmicas do desemprego jovem em Portugal e a análise empírica será desenvolvida de 1983 até 2023. Assim, no capítulo II é feita uma revisão da literatura relevante, explorando os estudos que investigam o tema do desemprego jovem e suas principais abordagens teóricas e empíricas. O capítulo III descreve toda a metodologia empregue na análise da cointegração realizada no Software IBM SPSS Statistics (SPSS). No capítulo IV são mostrados os resultados obtidos. Por fim, o capítulo V diz respeito às conclusões e nele apresentam-se também as considerações finais

CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, será apresentada uma análise da literatura existente, com o objetivo de identificar as principais causas, consequências e possíveis soluções para o elevado desemprego entre jovens em Portugal.

2.1 O desemprego jovem e o ciclo económico

A investigação sobre as razões do forte aumento do desemprego jovem - principalmente nos países da Europa Ocidental - tem estado no centro do debate social, político e económico desde o final da década de 1980. A hipótese sugerida pela teoria neoclássica do mercado de trabalho é que o maior desemprego, deve-se principalmente à presença de regras mais rígidas do mercado de trabalho, o que representou um obstáculo ao alcance do pleno emprego (Liotti; 2022).

Segundo Dal Bianco *et al.* (2015), os determinantes do desemprego mais conhecidos estão relacionados com as condições macroeconómicas gerais, como o crescimento do PIB e a dinâmica da produtividade, de acordo com a Lei de Okun. Alguns dos determinantes mais específicos do desemprego que são de interesse crucial são:

- (i) instituições e políticas,
- (ii) instituições e choques,
- (iii) o impacto do passado e das mais recentes alterações económicas e crise financeira.

Marelli *et al.* (2013), afirma que o efeito de vários macro fatores no emprego dos jovens é maior do que o efeito no desemprego geral e a significância entre os resultados para os jovens e a taxa de desemprego total difere.

As taxas de desemprego reagem fortemente aos ciclos económicos, como evidenciado pelas estimativas do chamado coeficiente de Okun. A Lei de Okun, formulada pelo economista Arthur Okun na década de 1960, estabelece uma relação entre a taxa de desemprego e a produção económica de um país, representada pelo produto interno bruto (PIB). Ou seja, quando existe uma redução na taxa de desemprego isto pode levar a um aumento na produção económica o que resulta em um crescimento do PIB.

Segundo Bal-Domańska, B. (2022), o impacto da Lei de Okun é diferenciado quando se analisa o impacto por género. A análise mostra que a sensibilidade do desemprego às flutuações do PIB é mais acentuada para os homens do que para as mulheres. Isso

significa que o desemprego masculino tende a reagir mais intensamente às mudanças na economia do que o desemprego feminino, embora não haja uma diferença significativa em todos os contextos. Além disso, ao comparar a situação dos jovens com a dos adultos, os estudos mostram que os jovens são mais vulneráveis às oscilações económicas em termos de desemprego. Os coeficientes da Lei de Okun tendem a ser mais elevados para os trabalhadores jovens, o que pode ser explicado pelo maior uso de contratos temporários nesses grupos. Isso sugere que, em períodos de crise económica, esses trabalhadores são os mais afetados.

Ghoshray, (2016) citado por Maynou, (2022) analisou tanto as taxas de desemprego adulto quanto as taxas de desemprego jovem na Europa e descobriu que, enquanto o desemprego adulto está sujeito a ruturas estruturais decorrentes de choques institucionais e económicos, o comportamento do desemprego jovem está mais relacionado às flutuações do ciclo económico. O autor sugere que menor envolvimento no mercado de trabalho e menor participação em atividades educacionais, ou seja, o aumento das taxas de NEET (*Not in Employment, Education or Training*), podem explicar esse resultado.

Sintetizando, a literatura económica mostra que o efeito das determinantes macroeconómicas no emprego dos jovens é maior do que o efeito no desemprego geral e que o desemprego jovem está mais relacionado à flutuações do ciclo económico, sendo que os coeficientes da Lei de Okun tendem a ser mais elevados para o emprego jovem, assim, deduzem-se as seguintes hipóteses:

Hipótese 1 (H1): Existe uma relação de longo prazo entre a taxa de desemprego jovem e a taxa de desemprego total.

Hipótese 2 (H2): Existe uma relação de longo prazo entre a taxa de desemprego jovem e a taxa de crescimento do PIB.

Hipótese 3 (H3): Existe uma relação e longo prazo entre a taxa de desemprego total e a taxa de crescimento do PIB.

Hipótese 4 (H4): Existe uma relação de longo prazo entre os desempregados total e o PIB.

Hipótese 5 (H5): Existe uma relação de longo prazo entre empregados total e o PIB.

As hipóteses apresentadas têm como objetivo investigar relações económicas fundamentais entre o mercado de trabalho e o desempenho económico de longo prazo, focalizando variáveis frequentemente associadas ao crescimento e bem-estar económico.

Com base na revisão da literatura apresentada anteriormente, onde vários autores exploram as interações entre o mercado de trabalho e o desempenho económico, as hipóteses formuladas são fundamentadas nas principais conclusões desses estudos. A escolha de investigar a relação entre a taxa de desemprego jovem, a taxa de desemprego total, o PIB e o crescimento do PIB visam complementar e aprofundar os resultados existentes, alinhando-se aos temas amplamente discutidos. Além disso, essas hipóteses foram selecionadas por abordarem questões centrais sobre como o desemprego, especialmente entre os jovens, e o crescimento económico se influenciam mutuamente.

2.2 Instituições, políticas de trabalho e choques económicos

A economia institucional analisa as instituições políticas, sociais e económicas para entender como estas afetam o comportamento dos agentes económicos e influenciam os resultados económicos. No contexto do mercado de trabalho, as instituições desempenham um papel fundamental na determinação da dinâmica do emprego, dos salários e da distribuição do rendimento.

Segundo Dal Bianco *et al.* (2015) desde o relatório da OCDE (1994) que produziu um grande impacto e influenciou o debate sobre políticas económicas e sociais na Europa, que se discute a relação entre os mercados de trabalho rígidos e as altas taxas de desemprego. O mesmo relatório considerou que o fraco desempenho na criação do emprego na Europa estava relacionado com variáveis institucionais. De acordo com a tradição da economia institucional, as instituições do mercado de trabalho incluem: impostos sobre o trabalho, benefícios de desemprego, como indicadores-chave das chamadas políticas passivas de mercado de trabalho; o grau de sindicalização; a estrutura da negociação coletiva; legislação de proteção ao emprego; incidência de contratos temporários (e de meio período), políticas ativas de mercado de trabalho; a liberalização dos mercados de produtos; políticas habitacionais e muitos outros fatores além desses. A forma como as instituições afetam os mercados de trabalho, de acordo com a tradição da economia institucional, são:

- **Impostos sobre o trabalho:** diz respeito aos tributos que incidem sobre os salários dos trabalhadores, podendo afetar tanto a oferta quanto a procura por trabalho, dependendo de como são estruturados.
- **Benefícios de desemprego:** tanto o valor monetário como o prazo que os desempregados recebem influenciam as decisões de procura de emprego.

- **Grau de sindicalização:** é a proporção de trabalhadores que são membros de sindicatos. Os sindicatos podem influenciar salários, condições de trabalho e políticas trabalhistas.
- **Estrutura da negociação coletiva:** Indica como os salários e as condições de trabalho são determinados através de negociações entre sindicatos e empregadores. Isso pode variar de uma estrutura mais descentralizada, onde as negociações ocorrem a nível de empresa, até uma estrutura mais centralizada, onde negociações ocorrem a nível de setor ou indústria.
- **Legislação de proteção ao emprego:** Refere-se às leis que regulam a contratação e demissão de trabalhadores, bem como as condições de trabalho, como horas de trabalho e segurança no emprego. Estas leis podem afetar a flexibilidade do mercado de trabalho e a segurança do emprego.
- **Incidência de contratos temporários e de meio período:** Refere-se à proporção de trabalhadores empregados sob contratos temporários ou de meio período em relação ao total de trabalhadores. Esses contratos podem oferecer menos benefícios e segurança no emprego do que os contratos de tempo integral.
- **Políticas ativas de mercado de trabalho:** Incluem programas e políticas governamentais destinados a aumentar a empregabilidade e reduzir o desemprego, como formação profissional, subsídios para a contratação e programas de recolocação.
- **Liberalização dos mercados de produtos:** Refere-se à redução de restrições e regulamentações nos mercados de produtos, o que pode afetar a competitividade das empresas e, por sua vez, o mercado de trabalho.
- **Políticas habitacionais:** Incluem políticas relacionadas ao acesso à moradia, como subsídios habitacionais, regulamentações de aluguel e programas de construção de habitação pública, que podem influenciar a mobilidade do trabalho e a distribuição geográfica dos empregos.

Dal Bianco *et al.* (2015) refere ainda que cada um dos elementos acima referidos pode influenciar o comportamento tanto dos trabalhadores como dos empregadores e também o desempenho económico geral de uma sociedade. Para o autor enquanto os choques económicos adversos podem explicar o aumento geral do desemprego europeu, as diferenças nas instituições explicam as diferenças entre os países europeus. Esclarece

ainda, que as instituições, tais como: sindicatos, leis do trabalho ou outros regulamentos, podem interferir no modo como o desemprego afeta o mercado de trabalho ao impossibilitarem as empresas de reduzir, ou até mesmo de limitar os salários dos trabalhadores, em situações de crise financeira ou recessão económica. A falta de flexibilidade no mercado de trabalho, que permitiria às empresas reduzir custos, por forma a manterem-se competitivas, e assim evitar despedimentos em massa, pode levar à falência das mesmas ou levar a que evitem realizar novas contratações mesmo quando a economia começar a recuperar, o que fará com que o desemprego persista ou até aumente. Assim, não só o impacto dos choques macroeconómicos é amplificado pela existência de certas políticas e instituições, mas a persistência dos choques é aumentada devido aos efeitos de longo prazo sobre a procura de trabalho.

2.2.1 As teorias económicas do mercado de trabalho e as Instituições

Segundo a teoria neoclássica do mercado de trabalho um maior nível de desemprego está associado à presença de regras mais rígidas do mercado de trabalho, o que representa um obstáculo ao alcance do pleno emprego. Os argumentos teóricos neoclássicos a favor de uma maior flexibilidade no mercado de trabalho são baseados no fato de que a flexibilização é um fator-chave para aumentar a produtividade, aumentar a competição das empresas, favorecer o crescimento económico e reduzir o desemprego. Em particular, é possível identificar pelo menos quatro razões pelas quais um alto grau de rigidez no mercado de trabalho aumenta o nível de desemprego: (1) A existência de regras rigorosas no mercado de trabalho faz com que, em equilíbrio, os salários dos trabalhadores sejam mais altos do que o seu produto marginal, resultando em uma má alocação de recursos. Quando essas regras protegem os trabalhadores contra demissões ou estabelecem salários mínimos, os salários ficam artificialmente elevados em relação à contribuição real dos trabalhadores para a produção, o que significa que os trabalhadores podem estar recebendo mais do que o valor que efetivamente produzem. Assim, os empregadores, desincentivados pelos altos custos salariais, ficam menos dispostos a contratar novos funcionários, o que gera desemprego involuntário. (2) A maior rigidez no mercado de trabalho representa um obstáculo para o ajuste da força de trabalho em resposta às mudanças do ciclo económico, impedindo as empresas que enfrentam dificuldades de adaptar a sua força de trabalho à diminuição da procura. A existência de regulamentações trabalhistas ou contratos de trabalho inflexíveis, torna a demissão de trabalhadores um processo difícil e demorado, conduzindo a prejuízos para as empresas e ao

desencorajamento de novos investimentos. (3) A rigidez dos mercados de trabalho representa uma "renda" económica transferida do capital para o trabalho, o que reduz o rendimento dos investidores e desencoraja o investimento e, conseqüentemente, terá um impacto negativo no crescimento económico. (4) Finalmente, a rigidez das instituições do mercado de trabalho protege os trabalhadores internos, impedindo que os trabalhadores externos (especialmente os jovens trabalhadores) tenham acesso ao mercado de trabalho (Liotti, 2022; Kang, 2021).

Para Liotti, G. (2022) os argumentos da teoria neoclássica não são inteiramente válidos, o autor afiança que existem pelo menos três contra-argumentos que merecem ser analisados. São eles: i) uma maior desregulamentação não contribui para a redução do desemprego jovem, mas resulta apenas em um efeito de substituição, ou seja, a troca de empregos seguros por precários. Em geral, a desregulamentação pode, de facto, reduzir temporariamente o desemprego jovem, ao permitir que as empresas contratem e demitam com maior facilidade, criam oportunidades para os jovens, com menos experiência. No entanto, essa redução é temporária, uma vez que a desregulamentação geralmente gera empregos com menor proteção, salários mais baixos, menos benefícios e segurança reduzida, caracterizados como empregos atípicos. Assim, pode-se concluir que, embora a desregulamentação possa parecer reduzir o desemprego jovem, na realidade ela cria empregos com condições precárias, o que pode ter conseqüências negativas a longo prazo para os jovens, ao limitar suas oportunidades de trabalho de qualidade (Barbieri e Scherer, 2009); ii) as políticas que promovem maior flexibilidade no mercado de trabalho podem ter algum efeito positivo no curto prazo, ao permitir que as empresas contratem e demitam com maior facilidade, pode reduzir temporariamente o desemprego, mas a longo prazo são prejudiciais à inovação, ao crescimento económico e ao emprego, ao desincentivar o investimento das empresas no desenvolvimento e qualificação dos seus funcionários, já que é mais vantajoso contratar trabalhadores temporários. A falta de investimento em capital humano pode dificultar a capacidade das empresas de competir em mercados inovadores, pois os seus trabalhadores estarão menos qualificados e menos preparados para se adaptar a mudanças tecnológicas e económicas (Kleinknecht, 1998); iii) as políticas de flexibilidade do mercado de trabalho que visam reduzir os salários dos trabalhadores podem ter efeitos prejudiciais para as empresas, pois levam a uma seleção adversa de trabalhadores. Quando uma empresa reduz os salários, os empregados tendem a procurar melhores oportunidades e acabam deixando a empresa. Como resultado, a empresa passa a contratar trabalhadores menos qualificados e com menos experiência, o

que pode reduzir a qualidade geral da sua força de trabalho e, em alguns casos, prejudicar sua reputação (Walwei, 1996).

Já de acordo com a escola keynesiana, o mercado de trabalho desempenha um papel passivo, sendo dependente do nível de procura agregada. Nessa perspectiva, quaisquer mudanças nas instituições do mercado de trabalho não terão impacto significativo se não forem acompanhadas por políticas económicas expansionistas, como políticas fiscais e monetárias, com o objetivo de aumentar a procura agregada. O fato de o mercado de trabalho ser passivo significa que os salários e a oferta de emprego não se ajustam automaticamente para garantir o pleno emprego; em vez disso, o nível de emprego é determinado principalmente pela procura agregada na economia. Segundo Keynes, se a procura agregada for insuficiente para absorver toda a oferta de trabalho disponível, ocorrerá desemprego involuntário. Portanto, mesmo que se implementem mudanças nas instituições do mercado de trabalho, como políticas de flexibilidade salarial, estas serão ineficazes para aumentar a procura agregada a menos que sejam acompanhadas por políticas fiscais, como aumento dos gastos governamentais ou redução de impostos, e políticas monetárias expansionistas, como a redução das taxas de juro, que visam estimular a procura na economia (Liotti, 2022).

2.2.2 As políticas ativas do mercado de trabalho

A relação entre taxas de desemprego e políticas do mercado de trabalho é estudada por Su *et al.* (2022), constatam que países com maior flexibilidade salarial apresentam taxas de desemprego mais baixas, enquanto aqueles com maior flexibilidade laboral registam taxas de desemprego mais elevadas. Por um lado, os autores demonstram que, nos países com maior flexibilidade salarial, as empresas têm maior liberdade para ajustar os salários de acordo com a oferta e a procura no mercado de trabalho, bem como em função da produtividade e das condições económicas. Essa flexibilidade aumenta a competitividade das empresas, permitindo-lhes contratar mais trabalhadores e, conseqüentemente, reduzir a taxa de desemprego. E por outro lado, a flexibilidade laboral pode levar a uma maior prevalência de contratos de trabalho precários, como contratos temporários ou de curto prazo, gerando maior insegurança no emprego, o que muitas vezes desencoraja os trabalhadores a procurar novas oportunidades. Além disso, essa flexibilidade pode resultar em salários mais baixos e a dificuldades em aceder a benefícios sociais, como o subsídio de desemprego, contribuindo para o aumento da taxa de desemprego.

No que se refere especificamente aos jovens trabalhadores, a disseminação de contratos temporários tem sido especialmente investigada. De referir que as variáveis institucionais, como os tipos de contratos de trabalho, podem interagir com as condições macroeconómicas, agravando o problema do desemprego jovem. Isto é, as recessões têm um impacto maior sobre os jovens devido à maior frequência de contratos temporários. Assim, os jovens trabalhadores estão entre os primeiros a perder os seus empregos durante ou logo após uma crise económica (Su *et al.*, 2022).

Para Refrigeri *et al.* (2013), a solução mais eficaz para reduzir o desemprego jovem e mantê-lo em níveis "naturais", evitando que se torne desemprego de longa duração, é adotar uma estratégia de "combinação de políticas". Isso envolve a integração de políticas económicas tradicionais com medidas que incentivem maior flexibilidade no mercado de trabalho, facilitando a entrada e saída de trabalhadores, além de políticas educacionais que promovam a inserção rápida dos jovens no mundo do trabalho, ainda que em empregos temporários ou instáveis (Pastore, 2011). Além disso, taxas de emprego mais elevadas estão positivamente relacionadas às Políticas Ativas do Mercado de Trabalho (PAMT), enquanto políticas que aumentam a rigidez do mercado afetam essas taxas negativamente (Liotti, 2020). No entanto, Dal Bianco, Bruno e Signorelli (2015) observam que essa relação entre PAMT e níveis de emprego não é constante, sendo influenciada pelas instituições informais presentes em diferentes países.

Desde o final da década de 1990, muitas reformas do mercado de trabalho foram implementadas em diversos países europeus, com três objetivos principais. Primeiro, introduzir empregos "atípicos", como contratos fixos e de meio período, para facilitar a entrada dos jovens no mercado de trabalho. Segundo, reduzir os custos de contratação e demissão, permitindo que as empresas aumentem sua competitividade nos mercados internacionais e ajustem a procura de trabalho conforme o ciclo económico. Terceiro, diminuir a segurança no emprego, visando reduzir a proteção dos trabalhadores internos, ou seja, aqueles já empregados em uma empresa. Isso inclui a flexibilização das leis trabalhistas, facilitando demissões ou introduzindo contratos de trabalho mais precários. Ao reduzir essa proteção, como a garantia de estabilidade no emprego e salários garantidos, procura-se evitar a segmentação do mercado de trabalho, o que acontece quando diferentes grupos de trabalhadores têm diferentes níveis de proteção e acesso a oportunidades, o que muitas vezes resulta em desigualdade (Liotti, 2022).

Em 2012, a Comissão Europeia apresentou um pacote de medidas específicas para promover a recuperação do emprego na Europa, com base em políticas nacionais que

possam estimular os mercados de trabalho. Segundo as recomendações cabe aos estados mobilizar todos os recursos existentes para a geração de empregos, mas a intervenção não se deve restringir apenas ao investimento público, devem ser utilizados outros instrumentos de intervenção na economia tais como, incentivos fiscais, parcerias com empresas, investimentos em programas de formação e educação, promoção do empreendedorismo, entre outros. Algumas dessas propostas são: Subsídios para contratações que gerem novos empregos; Transferências da tributação do trabalho para impostos ambientais; Apoio ao autoemprego; imposição de flexibilidade interna para reduzir a precarização do emprego e os custos tributários; estabelecer salários adequados e sustentáveis, evitando a armadilha dos baixos salários; fomentar a formação para adequar as capacidades dos trabalhadores às necessidades. (Millán *et al.*, 2021).

2.2.3 O desemprego temporário

Também na situação do desemprego temporário os jovens são mais afetados. Os autores Refrigeri *et al.* (2013), destacam a presença do "desemprego temporário", resultante do descompasso entre as exigências das empresas e as competências e experiências que os jovens, especialmente aqueles que entram pela primeira vez no mercado de trabalho, têm a oferecer. Isto contribui significativamente para as taxas de desemprego, representando cerca de 60% do total de desempregados. Segundo os autores, esse tipo de desemprego deriva de imperfeições no mercado de trabalho, como a coexistência de vagas não preenchidas e trabalhadores desempregados, o desequilíbrio entre as qualificações disponíveis e as exigidas pelas empresas, bem como as disparidades entre setores e regiões. A dificuldade de redistribuir a oferta de trabalho para onde é necessário agrava a situação, sobretudo entre os jovens, que enfrentam empresas na procura dos melhores candidatos, levando a um prolongamento no processo de contratação. Enquanto isso, os trabalhadores procuram funções mais adequadas às suas expectativas, permanecendo desempregados até encontrarem uma oportunidade satisfatória. Sem intervenções adequadas, como iniciativas de formação voltadas para o mercado de trabalho, esse "desemprego temporário" pode se transformar em desemprego estrutural de longa duração.

Sintetizando, em 2012, a Comissão Europeia apresentou um pacote de medidas específicas para promover a recuperação do emprego na Europa, com base em políticas nacionais que possam estimular os mercados de trabalho. Segundo as recomendações cabe aos estados mobilizar todos os recursos existentes para a geração de empregos, estas

medidas vão, naturalmente, pesar sobre o orçamento de cada estado-membro, podendo contribuir para o aumento da dívida pública, assim, são formuladas as seguintes hipóteses:

Hipótese 6 (H6): Existe uma relação de longo prazo entre os desempregados total e a dívida pública.

Hipótese 7 (H7): Existe uma relação de longo prazo entre os empregados total e a dívida pública.

2.3 A Pandemia COVID-19 e o desemprego jovem

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (2021), a COVID-19 teve um impacto negativo no mercado de trabalho, nomeadamente em relação à redução da jornada de trabalho e perda de empregos, superior ao observado durante a crise financeira de 2009. A análise demonstrou que as mulheres e os trabalhadores jovens entre os 15 e os 24 anos são os mais afetados por esta pandemia do que os homens. Segundo Su *et al.* (2022) o COVID-19 representa um desafio sem precedentes para a economia europeia, uma vez que a propagação do vírus é acelerada e causa danos em quase todos os setores dessas economias.

O mercado de trabalho é fortemente afetado pela dinâmica do mercado financeiro e que pode resultar grandes variações nas taxas de emprego e desemprego durante recessões económicas causadas por crises financeiras. A literatura económica revela que o impacto das dificuldades financeiras na taxa de desemprego jovem é maior do que sobre a taxa de desemprego adulto. Isto ocorre, porque, em tempos de crise, os problemas estruturais que caracterizam a transição da escola para o mundo do trabalho são agravados. O principal problema, não reside apenas no facto de os jovens serem mais vulneráveis às crises, mas também no facto de estes efeitos serem provavelmente mais duradouros para os jovens do que para os adultos (Dal Bianco *et al.*, 2015). As recessões económicas atingem os jovens de forma desproporcional, intensificando o desemprego entre eles, já que são mais propensos a trabalhar em contratos temporários e atípicos, que são mais facilmente rescindidos, dificultando o desenvolvimento de suas carreiras. O desemprego jovem não apenas é mais vulnerável aos efeitos de uma crise do que o desemprego adulto, mas esses efeitos também tendem a ser mais persistentes. A combinação de uma taxa de desemprego jovem alta e prolongada pode desmotivar os jovens a procurar emprego, levando muitos a permanecerem no sistema educacional, enquanto outros acabam se tornando parte do grupo de jovens que não trabalham, não estudam e não estão em formação,

NEET (“Not in Employment, Education or Training”) (Demidova *et al.*; 2015). Assim, a dimensão do grupo de “jovens deixados para trás” é geralmente maior do que a taxa de desemprego jovem indica (Dal Bianco *et al.*; 2015).

O abandono escolar precoce leva, frequentemente, à obtenção de empregos com pouca segurança a longo prazo, baixos salários e falta de formação, aumentando as chances de se tornarem NEET. Bentley e Gurumurthy (1999), estimava no seu estudo, que um em cada cinco jovens empregados aos 16 anos estaria NEET aos 18. Após uma recessão, os jovens trabalhadores são geralmente os primeiros a perder seus empregos devido à redução da procura por trabalho e à competição com recém-formados por um número cada vez menor de vagas, o que torna o desemprego jovem particularmente sensível às condições económicas cíclicas (Demidova *et al.*, 2015; Signorelli & Choudhry, 2015). É importante referir que as consequências a longo prazo das grandes recessões – perda de experiência profissional e de capital humano, menor empregabilidade e redução dos rendimentos, pior qualidade do emprego e emprego precário – são particularmente preocupantes, pois os trabalhadores jovens, que têm contratos de trabalho mais fracos, qualificações mais baixas e menos experiência do que os trabalhadores mais velhos, são os que suportam o peso de uma recessão (Demidova *et al.*; 2015). Em 2023, na União Europeia, segundo o Eurostat, 11,2% dos jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos não estudavam nem trabalhavam.

A taxa NEET é definida como a percentagem de jovens entre os 15 e os 29 anos que não se encontram a trabalhar, a estudar ou em formação. É uma ferramenta útil para compreender as vulnerabilidades dos jovens em termos de participação no mercado de trabalho e inclusão social. Analisar os determinantes esta taxa é fundamental para agir sobre os fatores de risco que podem prever esse fenómeno por forma a implementar medidas para enfrentar as consequências sociais e económicas da situação social e laboral dos jovens excluídos. Os fatores-chave que levam ao fenómeno NEET incluem discriminação de género, baixos salários, empregos precários, vulnerabilidade a efeitos das crises financeiras, persistência do desemprego, ineficiência na transição da escola para o trabalho e fraca formação no local de trabalho (Maynou *et al.*, 2022).

Em suma:

A literatura económica revela que o impacto das crises económicas na taxa de desemprego jovem é maior do que sobre a taxa de desemprego adulto, a pandemia Covid-19, traduziu-se numa crise financeira, logo, podemos deduzir a seguinte hipótese:

Hipótese 8 (H8): Durante o período da pandemia COVID-19 a taxa de desemprego jovem cresceu mais do que a taxa de desemprego geral.

2.4 A educação e o género no mercado de trabalho

O debate atual sobre a política de emprego inclui frequentemente fatores específicos de género, mudança cultural e intervenções anti discriminatórias, que implicam um aumento da participação feminina em toda a estrutura económica (Ngai e Petrongolo 2017).

Segundo Millán *et al.* (2021), analisando as diferentes teorias económicas sobre o mercado de trabalho, de acordo com os postulados de uma delas, a teoria neoclássica, que supõe que os mercados de trabalho funcionem de forma eficiente. Com os empresários a tentarem maximizar os lucros e os trabalhadores a otimizar os seus rendimentos os salários serão de acordo com o produto marginal do trabalho. Com base nesse pressuposto, uma vez que as mulheres estão participando cada vez mais no mercado de trabalho, e possuem cada vez maiores níveis educacionais e mais experiência espera-se uma significativa reestruturação das suas remunerações e da sua empregabilidade. No entanto, esta realidade não está a ocorrer em grande parte do mercado de trabalho, como demonstram os estudos realizados neste domínio, mostrando que a segregação ocupacional e a discriminação ainda existem no século XXI. Apesar do aumento da presença feminina no mercado de trabalho, a desigualdade salarial entre homens e mulheres permanece significativa. Essa disparidade acontece tanto em cargos de baixa qualificação como em profissões que exigem maior formação académica. Além disso, as mulheres são mais frequentemente contratadas em regime de *part time* ou com contratos temporários, o que tem impacto direto nos seus rendimentos, enquanto os homens têm maior probabilidade de conseguir contratos permanentes, o que lhes garante salários mais altos e maior estabilidade económica (Millán *et al.*, 2021).

De acordo com Albanesi e Sahin (2018), as diferenças nas taxas de desemprego entre homens e mulheres estão fortemente associadas à composição da indústria em que cada género está predominantemente empregado. Enquanto os homens são mais afetados por crises económicas nos setores de produção, as mulheres estão concentradas em setores de serviços e no estado. Além disso, o efeito de desencorajamento, que leva as pessoas a desistirem de procurar emprego devido às dificuldades no mercado de trabalho, é mais comum entre as mulheres, especialmente entre as mais jovens. Estas, muitas vezes, prolongam sua permanência na educação formal como uma forma de se prepararem

melhor para o mercado de trabalho, uma vez que enfrentam mais barreiras do que os homens (Choudhry *et al.*, 2012).

A este respeito Spatarelu (2015) afirma que uma boa educação leva a um bom emprego e a um bom lugar no mercado de trabalho. Assim, o nível de educação está positivamente ligado não só à taxa de emprego, mas também ao nível de rendimento (Diaconu, 2014). O alto nível de escolaridade contribui para aumentar a qualidade de vida. Mas a educação depende da condição de vida do jovem (Aceleanu, 2011).

Segundo Bruno (2017) as crises económicas, ou recessões, empurram os jovens, mesmo os que tiveram um bom desempenho durante momentos de crescimento, para o grupo dos “novos participantes mal integrados”. Isto é, os jovens ao entrarem no mercado de trabalho durante uma recessão podem enfrentar dificuldades em encontrar emprego bem remunerado e estável, e alguns jovens acabam sendo deixados para trás devido à falta de experiência. Na verdade, devemos considerar não apenas persistência nos YURs (Youth Unemployment Rate) devido aos efeitos de histerese (histerese significa que as condições económicas adversas durante a crise deixaram marcas duradouras no mercado de trabalho) onde o desemprego durante a crise económica tem efeitos de longa duração dificultando assim a reintegração dos jovens no mercado de trabalho, mas também por causa das consequências a longo prazo, uma vez que as condições do mercado de trabalho dos jovens podem ter efeitos persistentes na situação profissional e nos salários subsequentes. O autor refere que nas economias desenvolvidas verifica-se uma correlação forte entre o nível de escolaridade e a obtenção de emprego bem remunerado. Verifica-se ainda que os jovens com baixos níveis de escolaridade e menos competências estão frequentemente expostos ao desemprego de longa duração, a empregos instáveis e de baixa qualidade e à exclusão social. A literatura mostra ainda que apesar dos jovens geralmente possuírem habilitações literárias superiores aos trabalhadores mais velhos, carecem frequentemente de duas componentes essenciais do capital humano: experiência profissional genérica e experiência profissional específica. É, portanto, a “disparidade de experiência dos jovens” que, em muitos casos, reduz a empregabilidade dos jovens, apesar dos elevados níveis de educação (Bruno *et al.*, 2017).

Para Refrigeri *et al.* (2013), o desemprego jovem não deriva das condições macroeconómicas de um país, mas sim de modelos de transição da educação para o trabalho. Esta fase de transição, que pode ser definida como o período que vai desde o final da escolaridade obrigatória até à aquisição de um emprego permanente a tempo inteiro (Ryan 2001:35), permite que o sistema educativo e os programas de formação

profissional tenham papéis mais importantes no desenvolvimento da vida profissional e social de um jovem. Com efeito, tendo em conta que o capital humano de um indivíduo deve ser cada vez mais constituído por conhecimentos e competências adquiridos na escola, para além dos adquiridos na experiência profissional, tanto genérica como especializada, torna-se claro que o sistema da educação, para os jovens, deve tornar-se um caminho para o mercado de trabalho. No essencial, para promover a formação de capital humano de acordo com a ideia de aprendizagem ao longo da vida, permitindo assim que os jovens encontrem efetivamente emprego, o sistema educativo e o mundo do trabalho devem trabalhar juntos: um jovem deve ser capaz de explorar a sua educação formal escolar e universitária, além do seu desenvolvimento profissional não formal, tanto geral como específico, e da sua experiência de trabalho informal. Contudo, ao contrário do que é promovido por uma série de teorias económicas relativas ao trabalho, os atuais sistemas educativos em muitos países europeus ainda estão centrados na formação de capital humano formal, que tem pouco a ver com o mundo do trabalho e está cada vez mais a tornar-se os jovens são um recurso fraco. Com efeito, apesar de o nível de escolaridade dos jovens ser muito elevado em comparação com o dos adultos mais velhos e apesar de isso lhes permitir ter uma maior capacidade de adaptação às mudanças nos sistemas de produção, sobretudo nos sectores tradicionais, eles carecem de capital humano informal e não formal, que advém da experiência profissional e da formação profissional e profissional específica. Portanto, os jovens representam uma força de trabalho com baixa produtividade. A fraca propensão para adquirir experiência profissional leva os jovens a ter dificuldades notáveis em encontrar emprego. Portanto, a experiência de trabalho, mesmo que irregular e sem perspectivas de carreira, é importante, pois permite-lhes aumentar o seu nível de capital humano através da experiência, reduzindo assim o risco de: em primeiro lugar, cair no desemprego de longa duração (Borjas, 2007); em segundo lugar, de entrar num programa de formação de baixa qualidade sem aumentar os níveis de capital humano, apenas prolongando assim o tempo necessário para entrar no mundo do trabalho (Van Ours, 2004); e em terceiro lugar, de permanecerem inativos e ficarem cada vez mais desiludidos com as suas perspectivas de emprego porque, não têm emprego ou não estão ativamente à procura de um. A última situação de não estar a estudar, a trabalhar ou a seguir uma formação (NEET) é particularmente preocupante, uma vez que aumenta o risco de o jovem se tornar marginalizado e socialmente excluído por um período prolongado. (De Freitas, 2008; Pastore, 2011).

Pelo atrás exposto verifica-se que a segregação ocupacional e a discriminação ainda existem no século XXI. Apesar do aumento da presença feminina no mercado de trabalho, deduz-se então a seguinte hipótese:

Hipótese 9 (H9): Existe uma relação de longo prazo entre a taxa de desemprego feminino e a taxa de desemprego masculino.

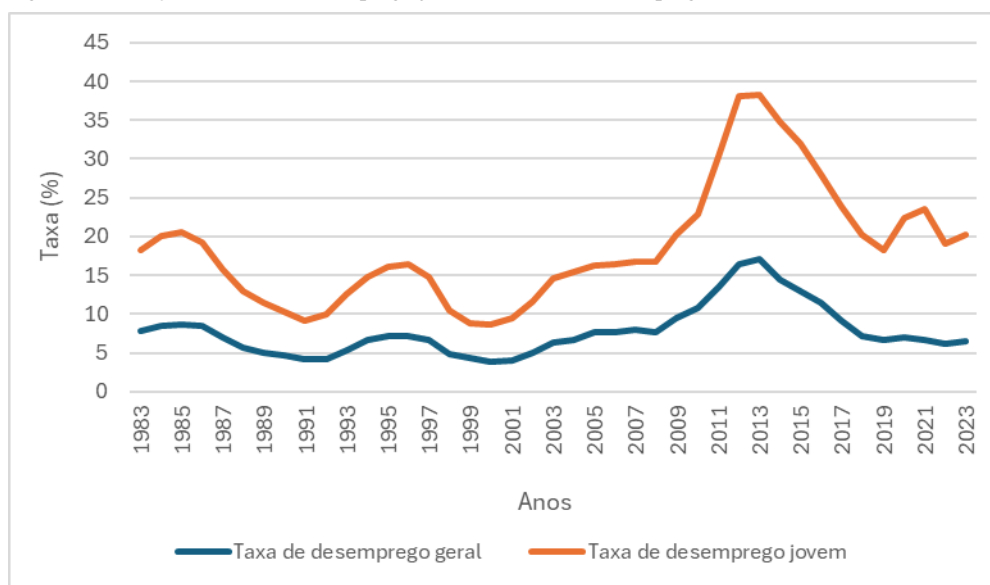
CAPÍTULO III – ANÁLISE DESCRITIVA

Este capítulo tem como principal objetivo, apresentar uma análise descritiva dos dados relacionados ao desemprego jovem em Portugal, com foco em variáveis macroeconómicas. Serão analisados indicadores como a taxa de desemprego jovem; taxa de crescimento do PIB e a taxa de desemprego geral. Essa análise permitirá compreender a evolução dessas variáveis ao longo dos anos, identificando as correlações e tendências que serão pertinentes para o estudo.

3.1 Taxa de desemprego jovem e geral

A Figura 1, de autoria própria, ilustra a evolução da taxa de desemprego em Portugal entre 1983 e 2023, comparando a taxa de desemprego geral com a taxa de desemprego jovem.

Figura 1. Evolução da taxa de desemprego jovem e a taxa de desemprego total de 1983 a 2023



Fonte: Elaboração própria

Ao longo dos anos, a taxa de desemprego jovem tem sido consistentemente mais elevada do que a taxa de desemprego geral, evidenciando que os jovens enfrentam maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho em comparação com a população em geral.

É possível observar entre os dois períodos, em análise, do aumento acentuado na taxa de desemprego jovem, especialmente em torno do ano 2013, quando a taxa atinge seu pico máximo, ultrapassando os 35%. Isso coincide com a crise financeira global de 2008

e a crise das dívidas soberanas europeia, que afetou severamente Portugal. A recuperação da taxa de desemprego jovem, inicia-se a partir de 2014, mas ainda permanece a níveis elevados.

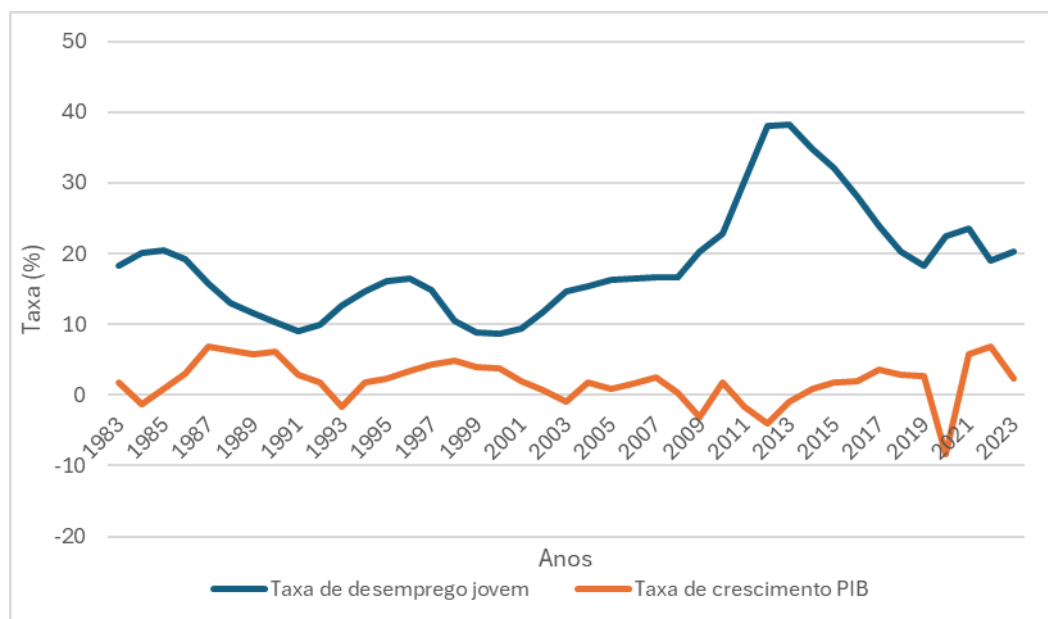
Já a taxa de desemprego geral aumenta durante o período da crise de 2008-2013, embora em menor proporção do que o desemprego jovem, com um pico em torno do ano 2013, que se situa nos 15%. A partir desse ponto, ela também segue uma trajetória de recuperação, mas não volta aos níveis baixos de antes da crise.

Assim, a Figura 1, destaca a vulnerabilidade dos jovens ao desemprego em períodos de crise económica, mostrando que, embora ambos os grupos tenham sido afetados, os jovens experimentaram variações mais drásticas.

3.2 Taxa de desemprego jovem e taxa de crescimento do PIB

A Figura 2, mostra a evolução da taxa de desemprego jovem e a taxa de crescimento do PIB em Portugal entre 1983 e 2023.

Figura 2. Evolução da taxa de desemprego jovem e a taxa de crescimento do PIB de 1983 a 2023



Fonte: Elaboração própria

Observa-se que, em períodos de crescimento económico, representados por valores positivos do PIB, a taxa de desemprego jovem tende a se manter mais baixa ou em trajetória de queda. No entanto, em momentos de crise económica, como durante a recessão global de 2008-2009 e a crise da dívida soberana europeia em torno de 2011-2013, a taxa de desemprego jovem aumenta drasticamente. Este fenómeno é visível

especialmente entre 2010 e 2013, quando se observa oscilações ténues no PIB, na qual a taxa de desemprego jovem ultrapassou 40%, atingindo o seu pico mais alto no período analisado.

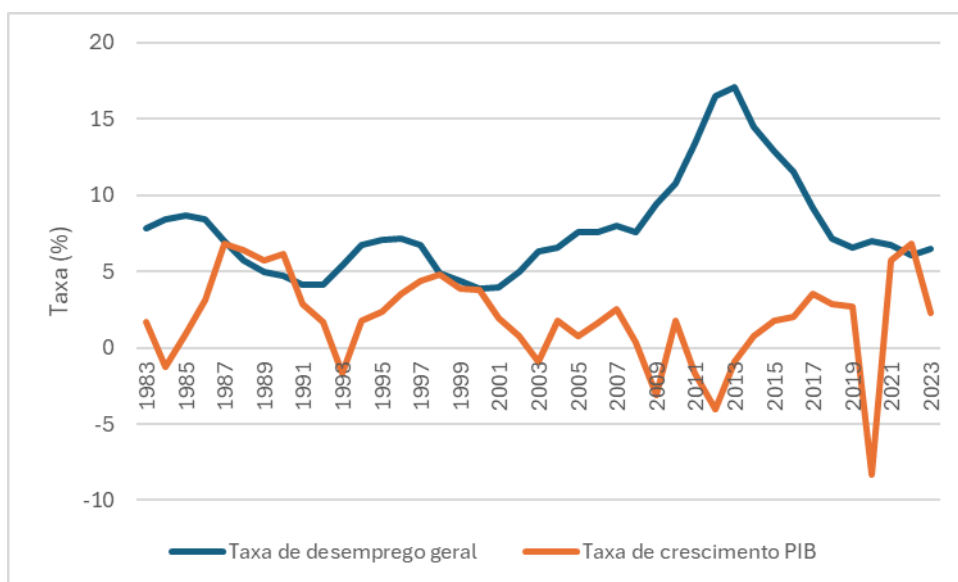
Da mesma forma, durante a crise pandémica de 2020, a Figura 2 reflete um momento de forte contração económica. No entanto, a taxa de desemprego jovem não atinge os mesmos níveis extremos de 2013, o que pode ser resultado de medidas de intervenção governamental, como programas de apoio ao emprego, que mitigaram os efeitos da recessão sobre o desemprego jovem.

Concluindo, a Figura 2 sugere uma correlação inversa entre as duas variáveis: em períodos de recessão ou crescimento económico fraco, o desemprego jovem tende a aumentar, enquanto em fases de recuperação económica ou crescimento mais sólido, o desemprego jovem tende a recuar, ainda que de forma mais lenta e menos pronunciada do que o crescimento económico.

3.4 Taxa de desemprego geral e taxa de crescimento do PIB

A Figura 3, demonstra a evolução da taxa de desemprego geral e a taxa de crescimento do PIB em Portugal entre 1983 e 2023.

Figura 3. Evolução da taxa de desemprego geral e a taxa de crescimento do PIB de 1983 a 2023



Fonte: Elaboração própria

Em vários momentos da Figura 3, é possível observar uma correlação inversa entre as duas variáveis, taxa de desemprego geral e taxa de crescimento do PIB. Quando a taxa de crescimento do PIB cai, a taxa de desemprego geral tende a subir, o que faz sentido,

já que o crescimento económico negativo (ou fraco) geralmente resulta em perda de empregos. Por exemplo, durante a crise financeira de 2008-2009, a taxa de crescimento do PIB mostra uma queda acentuada, enquanto a taxa de desemprego geral dispara. Um padrão similar pode ser observado durante a crise de 2020.

Deste modo, a Figura 3 mostra que o crescimento económico é um fator-chave para manter o desemprego em níveis baixos, enquanto recessões e crises económicas provocam aumentos no desemprego. A interação entre o crescimento do PIB e o desemprego é uma parte fundamental da saúde económica de um país.

A análise das figuras descritas acima demonstra que tanto o desemprego jovem como o geral são consistentemente mais elevados e sensíveis a crises económicas, como em 2008 e durante a pandemia de 2020, com uma correlação inversa observado em muitos períodos. No entanto, o desemprego jovem é muito mais volátil e elevado em comparação ao desemprego geral, refletindo as maiores dificuldades enfrentadas pelos jovens no mercado de trabalho, especialmente em períodos de crise económica.

Desta forma, é importante reforçar políticas específicas voltadas para a inclusão dos jovens no mercado de trabalho e para a mitigação dos efeitos das crises económicas sobre o emprego, considerando que o PIB por si só não é suficiente para garantir uma recuperação igualitária entre todas as diferentes faixas etárias.

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA

A análise do desemprego jovem em Portugal requer uma abordagem metodológica que permita investigar as relações dinâmicas entre as variáveis económicas envolvidas.

Este capítulo descreve os métodos estatísticos utilizados para analisar o desemprego jovem em Portugal, com foco na verificação da estacionariedade e cointegração entre diversas variáveis relevantes para o estudo.

4.1 Objetivo e recolha dos dados

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a dinâmica do desemprego jovem em Portugal, com ênfase na verificação da estacionariedade das séries temporais e na identificação de possíveis relações de longo prazo entre variáveis macroeconómicas relevantes, conforme apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1. Estatística descritiva das variáveis utilizadas no estudo

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Taxa de desemprego geral (%)	41	3,9	17,1	7,763	3,2464
Empregados total (milhares)	41	4145	5143,8	4678,807	307,6083
Empregados jovens (milhares)	41	8	869	522,673	222,2685
Desempregados total (milhares)	41	193,6	854,7	393,622	165,2761
Desempregados jovens (milhares)	41	58,8	221,5	107,471	43,5052
Taxa de desemprego feminino (%)	41	2,7	17	6,824	3,5412
Taxa de desemprego masculino (%)	41	4,9	17,1	8,866	3,0684
Taxa de desemprego jovem (%)	41	8,6	38,3	18,534	7,7024
PIB (milhares)	41	15440028	265502953	131954358,8	66856274,17
Taxa de inflação (%)	41	-0,8	28,5	5,602	6,555
Taxa de crescimento PIB (%)	41	-8,3	6,83	1,9022	3,05035
Dívida Pública (milhares)	41	6943800	272427200	123386134,2	92521095,8

Fonte: Elaboração própria

O estudo em questão analisa a população jovem desempregada em Portugal entre os anos de 1983 e 2023, o que resulta em 41 observações, utilizando dados da PORDATA. As informações obtidas sobre as diferentes variáveis anteriormente expostas foram analisadas e processadas estatisticamente com o Software IBM SPSS Statistics (SPSS).

4.2 Modelo estatístico

Como referido anteriormente, o objetivo é verificar existência de relação de cointegração entre o desemprego jovem e as variáveis enunciadas.

Para verificar se existe ou não uma relação de cointegração, são empregues dois métodos econométricos amplamente utilizados na análise de séries temporais:

- 1- Teste de Dickey-Fuller para determinar se as séries temporais envolvidas são estacionárias.
- 2- e Teste de Engle-Granger para examinar a existência de relações de longo prazo entre as variáveis selecionadas.

O teste de Dickey-Fuller que serve para testar a estacionaridade das séries tem a seguinte regressão:

$$\Delta Y_t = (\phi - 1) Y_{t-1} + \varepsilon_t \quad (1)$$

E estabelece as seguintes hipóteses:

$$H_0: \phi = 1 \rightarrow \text{não estacionária}$$

$$H_1: \phi \neq 1 \rightarrow \text{estacionária}$$

No caso de não se verificar a estacionaridade e para verificar se as variáveis analisadas estão realmente cointegradas em relação à taxa de desemprego jovem irá recorrer-se ao segundo teste de hipóteses, o teste de Engle-Granger, descrito abaixo:

$$\Delta \hat{\mu}_t = (\phi - 1) \hat{\mu}_{t-1} + \varepsilon_t \quad (2)$$

Em que, $\Delta \hat{\mu}_t$, representa os resíduos da regressão das variáveis em estudo (apresentadas na Tabela 1)

$$H_0: \hat{\mu} = 1 \rightarrow \text{os resíduos não são estacionários (série não cointegrada)}$$

$$H_1: \hat{\mu} \neq 1 \rightarrow \text{os resíduos são estacionários (série cointegrada)}$$

Para que se verifique a cointegração entre as séries, terá de se rejeitar a hipótese nula no teste de Engle e Granger.

Dado o interesse em explorar várias combinações de variáveis, os procedimentos descritos acima foram repetidos para todos os pares de variáveis apresentadas na Tabela 3. Essa abordagem permite explorar a existência de relações de longo prazo entre diferentes combinações de variáveis e avaliar a validade de possíveis modelos de cointegração.

CAPÍTULO V – RESULTADOS

Neste capítulo, são expostos e analisados todos os resultados obtidos através dos dois testes realizados. É também apresentada as decisões das hipóteses escolhidas com o fim de ser detetado a existência de séries cointegradas.

5.1 Teste Dickey-Fuller

Para não haver rejeição da hipótese nula, série não estacionária, o valor do teste tem de estar à direita do valor tabelado de Dickey-Fuller (-1,95). Através da Tabela 2, é possível observar os valores obtidos no teste para o conjunto de variáveis em estudo e pode-se concluir que apenas as variáveis taxa de inflação, empregados jovens e desempregados jovens rejeitam a hipótese nula, série estacionária. Logo estas variáveis não podem ser utilizadas no teste de Engle-Granger.

Tabela 2. Resultados do teste de Dickey-Fuller

Variável	Valor crítico	Valor do teste (t)	Decisão do teste
Taxa de desemprego jovem (%)	-1,95	-0,343	Não é estacionária
Taxa de desemprego total (%)	-1,95	-0,597	Não é estacionária
Taxa de inflação (%)	-1,95	-3,219	É estacionária
Taxa de crescimento do PIB (%)	-1,95	-0,492	Não é estacionária
Taxa de desemprego feminino (%)	-1,95	-0,426	Não é estacionária
Taxa de desemprego masculino (%)	-1,95	-1,0166	Não é estacionária
PIB (milhares)	-1,95	5,259	Não é estacionária
Dívida pública (milhares)	-1,95	4,73	Não é estacionária
Empregados total (milhares)	-1,95	0,634	Não é estacionária
Empregados jovens (milhares)	-1,95	-3,216	É estacionária
Desempregados total (milhares)	-1,95	-0,47	Não é estacionária
Desempregados jovens (milhares)	-1,95	-2,122	É estacionária

Fonte: Elaboração própria

5.2 Teste de Engle-Granger

Neste teste, como referido no anterior, para não haver rejeição da hipótese nula, série não cointegrada, o valor tabelado de Engle-Granger (-2,921) tem de estar à direita do valor do teste (t). Na Tabela 3 observa-se que para todas as hipóteses mencionadas anteriormente, as séries são não cointegradas, ou seja, não existe uma relação de longo prazo entre os pares de variáveis apresentados.

Tabela 3. Resultados do teste de Engle-Granger

Hipótese	Variáveis		Valor crítico	Valor do teste (t)	Decisão do teste
H1	Taxa de desemprego jovem (%)	Taxa de desemprego total (%)	-2,921	-0,807	Série não cointegrada
H2	Taxa de desemprego jovem (%)	Taxa de crescimento do PIB (%)	-2,921	-1,434	Série não cointegrada
H3	Taxa de desemprego total (%)	Taxa de crescimento do PIB (%)	-2,921	-1,457	Série não cointegrada
H4	Desempregados total (milhares)	PIB (milhares)	-2,921	-1,109	Série não cointegrada
H5	Empregados total (milhares)	PIB (milhares)	-2,921	-1,852	Série não cointegrada
H6	Desempregados total (milhares)	Dívida pública (milhares)	-2,921	-1,099	Série não cointegrada
H7	Empregados total (milhares)	Dívida pública (milhares)	-2,921	-1,844	Série não cointegrada
H9	Taxa de desemprego feminino (%)	Taxa de desemprego masculino (%)	-2,921	-2,867	Série não cointegrada

Fonte: Elaboração própria

A ausência de cointegração nas hipóteses sugere que, embora possa haver interações de curto prazo entre essas variáveis, não há uma relação consistente de longo prazo. Isso pode indicar que outros fatores podem estar influenciando essas variáveis de maneira independente.

5.3 Análise do Impacto da Pandemia COVID-19 na taxa de desemprego jovem e geral

Além da análise de cointegração, foi conduzida uma análise exploratória sobre o impacto da pandemia de COVID-19 nas taxas de desemprego jovem e geral em Portugal. Este estudo visa testar a seguinte hipótese:

H8: Durante o período da pandemia COVID-19 a taxa de desemprego jovem cresceu mais do que a taxa de desemprego geral.

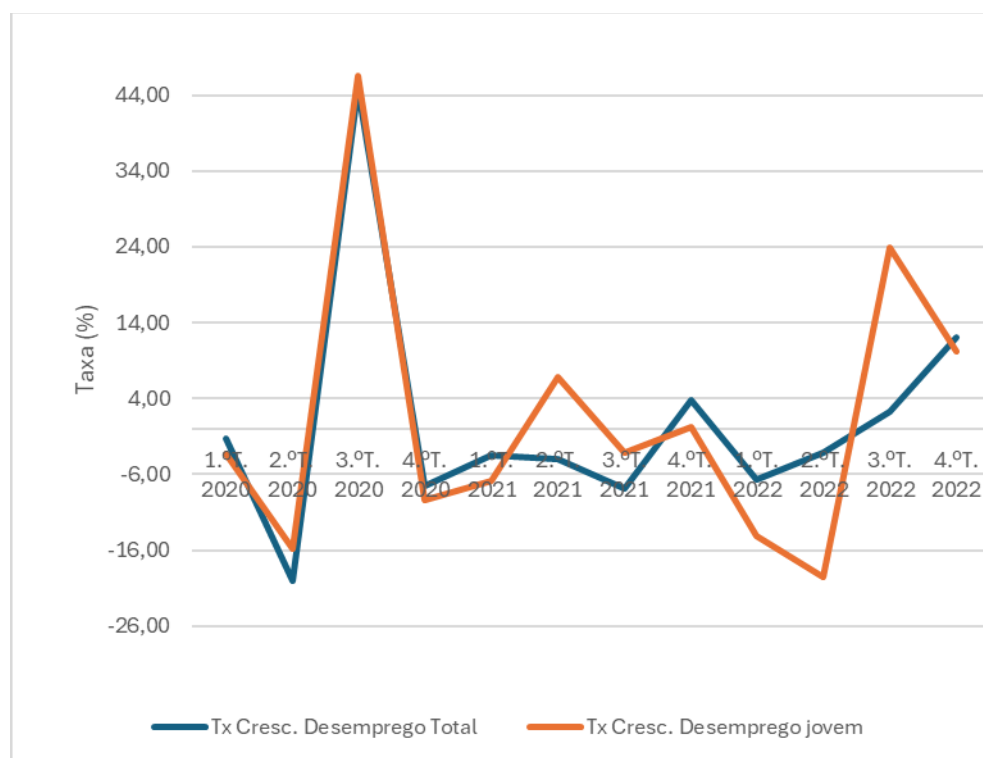
Para testar a hipótese apresentada, foram elaborados a Tabela 4 e a Figura 4, utilizando dados trimestrais para calcular a taxa de crescimento da taxa de desemprego jovem e da taxa de desemprego geral durante o período de 2020 a 2022. A análise abrange os trimestres mais afetados pela pandemia, além de incluir dados posteriores, com o objetivo de realizar uma comparação abrangente.

Tabela 4. Taxa de Crescimento do desemprego jovem e geral de 2020 a 2022

Trimestre	Tx Cresc. Desemprego jovem	Tx Cresc. Desemprego Total	Diferença
1.ºT. 2020	-3,27	-1,22	-2,05
2.ºT. 2020	-15,77	-20,02	4,25
3.ºT. 2020	46,49	44,94	1,55
4.ºT. 2020	-9,47	-7,51	-1,97
1.ºT. 2021	-6,81	-3,51	-3,30
2.ºT. 2021	6,77	-4,00	10,76
3.ºT. 2021	-3,17	-7,81	4,64
4.ºT. 2021	0,26	3,73	-3,47
1.ºT. 2022	-14,10	-6,72	-7,38
2.ºT. 2022	-19,45	-3,11	-16,34
3.ºT. 2022	23,96	2,34	21,62
4.ºT. 2022	10,20	12,07	-1,87
Dv. Padrão	18,70	15,90	

Fonte: Elaboração própria

Figura 4. Evolução da taxa de crescimento do desemprego jovem e geral de 2020 a 2022



Fonte: Elaboração própria

A figura 4 mostra a evolução comparativa do desemprego total e do desemprego jovem durante o período da pandemia COVID-19 que teve início em março de 2020 e que ainda se registava em 2022, último período para o qual existiam dados disponíveis.

A partir da Figura 4 observa-se que a taxa de desemprego jovem cresceu mais rapidamente e de forma mais volátil que a do desemprego total durante a pandemia de COVID-19, especialmente no ano de 2020, confirmando a hipótese apresentada. Isso pode refletir a vulnerabilidade dos jovens no mercado de trabalho, possivelmente por sua maior presença em setores mais afetados pela pandemia, como o comércio e os serviços e também pela falta de experiência e qualificações mais avançadas que pode ter dificultado a recolocação dos jovens no mercado de trabalho durante a recuperação.

CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO

A presente dissertação procurou analisar relações de longo prazo entre o desemprego jovem e outras variáveis relevantes bem como também verificar a existência de relações entre as variáveis selecionadas para o estudo.

Deste modo, os resultados obtidos através do teste de Engle-Granger sugerem que, para o período analisado, não há evidência de uma relação de longo prazo (cointegração) entre a taxa de desemprego jovem e a taxa de desemprego total, nem entre o desemprego jovem e outras variáveis macroeconómicas, como o crescimento do PIB e a dívida pública. Esse achado indica que os movimentos cíclicos no mercado de trabalho jovem são influenciados por fatores específicos, sem refletirem necessariamente as mesmas dinâmicas observadas na taxa de desemprego total ou no desempenho económico do país.

A ausência de cointegração entre a taxa de desemprego jovem e as variáveis macroeconómicas analisadas sublinha a necessidade de políticas públicas mais direcionadas para enfrentar o desemprego jovem, reconhecendo que as condições do mercado de trabalho jovem não são diretamente influenciadas pelas tendências macroeconómicas gerais. Políticas que promovam a capacitação específica dos jovens, incentivos ao empreendedorismo e a transição da educação para o mercado de trabalho são fundamentais para abordar o desemprego de forma eficaz e sustentável.

Além disso, a análise gráfica do impacto da pandemia de COVID-19 reforçou a ideia de que os jovens são um grupo particularmente vulnerável. A elevação acentuada da taxa de desemprego jovem em relação à taxa de desemprego geral durante este período crítico aponta para a fragilidade das oportunidades de emprego disponíveis para essa faixa etária, além de evidenciar a dificuldade que os jovens enfrentam em se inserir ou se reinsere no mercado de trabalho em tempos de crise. A pandemia exacerbou desafios já existentes, como a precarização do trabalho e a instabilidade económica, que afetaram desproporcionalmente aqueles que estão em busca de seu primeiro emprego ou de melhores condições laborais.

Conclui-se que, esta pesquisa não apenas destaca a complexidade do fenómeno do desemprego jovem, mas também enfatiza a necessidade urgente de abordagens políticas focadas e inovadoras. Além disso, recomenda-se que futuras pesquisas investiguem de

forma mais aprofundada a interação entre o desemprego jovem e fatores sociais, como o acesso à educação de qualidade e a desigualdade económica, para construir um panorama mais abrangente e orientar intervenções eficazes. Assim, espera-se que esta tese não apenas enriqueça o debate académico, mas também sirva como um referencial para formuladores de políticas na criação de estratégias que promovam a inclusão e a estabilidade no emprego para os jovens.

REFERÊNCIAS

- Aceleanu, M. I. (2011). The relationship between education and quality of life: Implications of the labour market in Romania. *Journal of International Scientific Publications: Educational Alternatives*, 9(2), 171-182.
- Albanesi, S., & Şahin, A. (2018). The gender unemployment gap. *Review of Economic Dynamics*, 30, 47–67. <https://doi.org/10.1016/j.red.2017.12.005>
- Bal-Domańska, B. (2022). The impact of macroeconomic and structural factors on the unemployment of young women and men. *Economic Change and Restructuring*, 55(2), 1141–1172. <https://doi.org/10.1007/s10644-021-09341-9>
- Barbieri P, Scherer S (2009) Labour market flexibilization and its consequences in Italy. *Eur Sociol Rev* 25:677–692. <https://doi.org/10.1093/esr/jcp009>
- Bentley, T., Gurumurthy, R., 1999. *Destination Unknown: Engaging with the Problems of Marginalised Youth*. Demos, London.
- Borjas, G. J. (2007). *Labor economics* (6th ed.). New York, NY: McGraw Hill.
- Bruno, G. S. F., Choudhry Tanveer, M., Marelli, E., & Signorelli, M. (2017). The short- and long-run impacts of financial crises on youth unemployment in OECD countries. *Applied Economics*, 49(34), 3372–3394. <https://doi.org/10.1080/00036846.2016.1259753>
- Choudhry, M. T., Marelli, E., & Signorelli, M. (2012). Youth unemployment rate and impact of financial crises. In *International Journal of Manpower* (Vol. 33, Issue 1, pp. 76–95). <https://doi.org/10.1108/01437721211212538>
- Dal Bianco, S., Bruno, R. L., & Signorelli, M. (2015). The joint impact of labour policies and the “Great Recession” on unemployment in Europe. *Economic Systems*, 39(1), 3–26. <https://doi.org/10.1016/j.ecosys.2014.06.002>
- De Freitas, G. (Ed.). (2008). *Youth workers in the global economy: Job challenges in North America, Europe, and Japan*. Cheltenham, UK: Edward Elgar
- Demidova, O., Marelli, E., & Signorelli, M. (2015). Youth labour market performances in the Russian and Italian regions. *Economic Systems*, 39(1), 43–58. <https://doi.org/10.1016/j.ecosys.2014.06.003>
- Diaconu, L. (2014). Education and labour market outcomes in Romania. *Eastern Journal of European Studies*, 5(1), 99-114.
- Ghoshray, A., Ordóñez, J., Sala, H., 2016. Euro, crisis and unemployment: youth patterns, youth policies? *Econ. Modell.* 58, 442–453. <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2016.05.017>.

- Graham, J., & Ozbilgin, M. (2021). Age, industry, and unemployment risk during a pandemic lockdown. *Journal of Economic Dynamics and Control*, 133. <https://doi.org/10.1016/j.jedc.2021.104233>
- Liotti, G. (2022). Labour Market Regulation and Youth Unemployment in the EU-28. *Italian Economic Journal*, 8(1), 77–103. <https://doi.org/10.1007/s40797-021-00154-3>
- Liotti, G. (2020). Labour market flexibility, economic crisis and youth unemployment in Italy. *Structural Change and Economic Dynamics*, 54, 150–162. <https://doi.org/10.1016/j.strueco.2020.04.011>
- Kang, Y.-D. (2021). Determinants of Youth Unemployment: Empirical analysis of OECD and EU member countries in 2000-2017*. *Journal of Economic Development*, 111 (3).
- Kleinknecht A (1998) Is labour market flexibility harmful to innovation? *Camb J Econ* 22:387–396
Layard R, Nickell S, Jackman R (1991) Unemployment: macroeconomic performance and the labour market. Oxford University Press, Oxford
- Marelli, E., Choudhry, M., Signorelli, M., 2013. Youth and total unemployment rate: the impact of policies and institutions. *Riv. Int. Sci. Soc.* 1.
- Maynou, L., Ordóñez, J., & Silva, J. I. (2022). Convergence and determinants of young people not in employment, education or training: An European regional analysis. *Economic Modelling*, 110. <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2022.105808>
- Millán, M. G. D., de la Torre, M. G. M. V., Rojas, R. H., & Del Río, J. A. J. (2021). The spanish labor market: A gender approach. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(5), 1–23. <https://doi.org/10.3390/ijerph18052742>
- Ngai L, Petrongolo B (2017) Gender gaps and the rise of the service economy. *Am Econ J Macroecon* 9(4):1–44. <https://doi.org/10.2307/26528410>
- Pastore, F. (2011). *Fuori dal tunnel. Le difficili transizioni dalla scuola al lavoro in Italia e nel mondo*. Torino: Giappichelli.
- Refrigeri, L., & Aleandri, G. (2013). Educational Policies and Youth Unemployment. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 93, 1263–1268. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2013.10.026>
- Ryan, P. (2001). The school-to-work transition: A cross-national perspective. *Journal of Economic Literature*, 39(1), 34-92.
- Signorelli, M., & Choudhry, M. T. (2015). Symposium: Youth labour market and the “Great Recession.” *Economic Systems*, 39(1), 1–2. <https://doi.org/10.1016/j.ecosys.2014.06.005>
- Spatarelu, E. M. (2015). Youth Insertion on Labor Market. *Procedia Economics and Finance*, 32, 1020–1026. [https://doi.org/10.1016/s2212-5671\(15\)01563-4](https://doi.org/10.1016/s2212-5671(15)01563-4)
- Su, C. W., Dai, K., Ullah, S., & Andlib, Z. (2022). COVID-19 pandemic and unemployment dynamics in European economies. *Economic Research-Ekonomska Istrazivanja*, 35(1), 1752–1764. <https://doi.org/10.1080/1331677X.2021.1912627>

Van Ours, J. C. (2004). The locking-in of subsidized jobs. *Journal of Comparative Economics*, 32(1), 37-48.

Walwei U (1996) Is greater flexibility in the labour market the answer to the unemployment crisis? *Intereconomics* 31:159–165. <https://doi.org/10.1007/BF0292859>

UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Faculdade de Economia e Gestão

Rua da Mãe de Deus
9500-321 Ponta Delgada
Açores, Portugal

UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Faculdade de Economia e Gestão

Rua da Mãe de Deus
9500-321 Ponta Delgada
Acores. Portugal

